

# Jornalistas formados sobre aborto seguro

Notícias: Ciência, Ambiente e Tecnologia, 07.07.2021, pag. 39 (ed. nº 31.337)

JORNALISTAS de diferentes províncias participaram numa formação sobre aborto seguro, promovido pela Associação Moçambicana de Obstetras e Ginecologistas (AMOG), com o objectivo de dotá-los de conhecimento sobre mortalidade materna.

Dentre os temas abordados destacam-se a componente jurídica da lei do aborto seguro em Moçambique, boas práticas e atendimento humanizado, clarificação de valores e transformação de atitudes para a melhoria do tratamento do ambiente de trabalho, no qual se aplicam os direitos das mulheres e reparigás face a interrupção da gravidez legal, entre outros.

António Bugalho, médico gineco-obstetra, instou os jornalistas a contribuírem na disseminação de informações que promovam a prática do aborto

seguro nas unidades sanitárias.

Bugalho defendeu a necessidade de se eliminar a discriminação e a desumanização do atendimento às mulheres em situação de aborto, uma realidade vivida em muitos serviços públicos e na comunidade.

“A mulher que solicita o aborto não deve ser discriminada, mas acolhida e orientada para evitar a prática da interrupção da gravidez insegura que pode culminar em morte”, disse.

Apontou que as boas práticas e atendimento humanizado são factores que rodeiam a paciente, família, o profissional de saúde, as instituições e a governação destas, bem como a evidência científica e adesão a posturas éticas que garantem o respeito pelos direitos humanos das mulheres.

Segundo António Bugalho, as mulheres de nível social bai-

xo são as que mais recorrem à interrupção da gravidez fora das unidades sanitárias, praticada sem condições de higiene e de biossegurança.

Por outro lado, Emília Matola, médica gineco-obstetra, alertou para os riscos do aborto inseguro, que resultam em complicações graves a moderadas, como hemorragia, infertilidade, anemia, lesões dos órgãos abdominais, entre outros.

Acrescentou que a falta de informação e divulgação da lei do aborto seguro na comunidade e o acesso aos serviços de saúde constituem uma das causas da mortalidade materna.

A AMOG é uma organização fundada em 2006 que promove os serviços de saúde com qualidade no país.

Em Moçambique a lei que despenaliza o aborto seguro foi aprovado em Julho de 2014.